



**Expresso**  
Economia

23-02-2019

**Periodicidade:** Semanal

**Classe:** Informação Geral

**Âmbito:** Nacional

**Tiragem:** 82175

**Temática:** Política

**Dimensão:** 754 cm<sup>2</sup>

**Imagem:** N/PB

**Página (s):** 6

# Para a Justiça, a OCDE só conta parte da história

**A OCDE faz um balanço negativo sobre o sistema de Justiça. O Governo acha que não se deu valor a tudo quanto já foi feito**

No retrato que a OCDE deixou esta semana sobre a economia portuguesa, o sistema de Justiça é aquele que saiu menos abonado — descrito como lento, congestionado, pouco eficiente, acaba por desanimar muitos dos pretendentes ao investimento em Portugal. Mas, para o Ministério da Justiça, o olhar para os tempos médios de pendência para concluir que, apesar de as sentenças serem agora mais rápidas, continuam a demorar muito tempo — por

exemplo, nos casos civis e comerciais, os juízes levam em média 300 dias para resolverem um caso, apenas sendo suplantados pela Grécia Itália, Turquia e França. Os números são da CEPEJ (Comissão para a Eficácia da Justiça na Europa), e para o Ministério da Justiça eles “são um bom ponto de partida”, mas não deviam ser o ponto de chegada. Por um lado porque se ficam por informação até 2016, e há dados de 2017 e 2018 que mostram uma redução de pendências mais acelerada, que confirmam uma tendência estrutural de melhoria do desempenho dos tribunais. Depois, porque deixam de fora da análise as ações executivas, uma área fundamental para a atividade económica, onde as pendências também caíram para metade face ao pico da crise. Depois ainda,

porque as comparações internacionais nem sempre falam da mesma coisa: por exemplo, há vários países onde os processos de registo civil e comercial (o caso de um óbito) passam obrigatoriamente pelos tribunais, e, como são rápidos de resolver, melhoram as estatísticas sobre a velocidade de resolução.

Outra área em que o Ministério da Justiça considera que os técnicos não valorizaram devidamente o que já foi feito é a da reforma judiciária. A OCDE diz que uma das receitas para reduzir as pendências passa por “reforçar a autonomia dos tribunais a quem foram atribuídas grandes responsabilidades sem um aumento de meios”, nomeadamente permitindo-lhes que transfiram juizes dos tribunais menos congestionados para os mais carenciados, mas, assinala o Governo, o modelo por cá não é bem este. “O olhar da OCDE é moldado pelos sistemas anglo-saxónicos”. Por cá, “a gestão global dos tribunais é assegurado pelo Conselho Superior de Magistratura (CSM)”, pelo que “não rejeitamos a necessidade de maior autonomia dos presidentes das comarcas (gestão orçamental, fundos de manei), mas não no sentido que é apontado”, diz ao Expresso fonte oficial da Justiça. Além disso, a re-

forma de 2014 já deu ao sistema judicial poderes de gestão, nomeadamente, ao nível de recursos humanos, “num modelo cujo desenvolvimento este Governo tem prosseguido e aprofundado, por exemplo, providenciando ao CSM e aos órgãos de gestão um sistema de indicadores de gestão que permite, em tempo real, o diagnóstico da performance dos tribunais”.

**A análise da OCDE não é enviesada mas é “parcelar” e “não reflete o trabalho já feito”, considera o Ministério de Francisca Van Dunem**

O copo meio vazio foi também o ângulo escolhido pela OCDE quando se lançou na análise das regras relativas às reestruturações e insolvências de empresas, considera o Governo. O organismo assinala que as novas regras de revitalização das empresas foram no bom sentido, mas as das insolvências são muito exigentes: o regime é o terceiro mais restrito dos países da OCDE, o que avoluma os problemas de malparado na banca. Ora,

para o Governo também aqui não se deu o devido valor às reformas já feitas e um exemplo disso mesmo será o facto de esta análise destoar do tom elogioso com que recentemente o FMI se referiu a estes regimes, aquando da publicação do chamado artigo IV sobre Portugal.

Em suma, a Ministério da Justiça não critica veementemente a análise do organismo internacional, mas assume alguma frustração. “Percebemos que a OCDE lida com países do mundo inteiro e tem de ter um olhar de cima. Não considerados que haja um enviesamento na sua análise, mas há uma leitura parcelar, que não reflete todo o trabalho que já foi feito”, sustenta fonte oficial.

**Corrupção: indicadores de percepção não servem**

Sobre a corrupção, o tema que concentrou boa parte da atenção mediática do relatório, pouco há a acrescentar. O Governo congratula-se com o facto de a OCDE ter reconhecido que as “autoridades têm realizado um esforço contínuo de combate à corrupção e ao suborno no sector público e privado”, bem como esforços significativos para investigar e combater crimes económicos e financeiros, e garante que

a prioridade será mantida na agenda política.

Como prova deste empenho, fonte oficial lembra que “Portugal foi um dos primeiros países da UE a criarem legislação para o Registo Central do Beneficiário Efetivo”, que entre 2015 e 2018 foi dada formação nesta área a 1985 magistrados, e que vem a caminho uma nova vaga de inspetores e especialistas na Polícia Judiciária.

Sobre os indicadores usados pela OCDE para retratar o problema em Portugal, a posição do Governo mantém-se: é contra. Ou melhor: “Não temos nada contra dados de percepção. O que contestamos é que se usem dados de percepção para, a partir deles, se definir o foco de uma análise.” Porquê? “As pessoas dizem que a corrupção é elevada, mas, quando se pergunta se já estiveram envolvidos em casos de corrupção, dizem que não.” Do mesmo modo, “os empresários queixam-se que a morosidade dos tribunais é um entrave ao investimento, mas quando se pergunta se têm processos em tribunal, poucos são os que os têm”. Ou seja, “os indicadores de percepção não têm necessariamente adesão à realidade”.

ELISABETE MIRANDA  
emiranda@expresso.imprensa.pt